An aerial photograph of a coastal city, likely Rio de Janeiro, showing a large harbor with several ships docked. The city is densely packed with buildings, and there are industrial areas with large storage tanks and warehouses. A beach is visible on the left side of the image.

Proposta para o Marco Legal do Setor Portuário no Brasil - CEPORTOS

Douglas Alencar Rodrigues

Plano de Atracação

Considerações
iniciais

A Criação da CEPORTOS
- Diretrizes

O processo de
construção da NLGP

Algumas das inovações
propostas

Conclusão





A CEPORTOS

- Poder legislativo e cooperação institucional
- O processo de modernização portuária no Brasil: entre avanços e retrocessos
- Os gargalos regulatórios, ambientais e concorrenciais
- O Brasil e o futuro: a urgência da revisão da nova legislação
- Desenvolvimento econômico e desenvolvimento social

A hand holding a crystal ball that reflects a sunset over the ocean. The text "Diretrizes dos trabalhos da CEPORTOS" is overlaid in white, with a horizontal line underlining the word "CEPORTOS".

Diretrizes dos trabalhos da CEPORTOS



- Descentralização
- Segurança jurídica e regulatória: definições
- Eficiência e Competitividade – custos logísticos
- Inovação e Novas tecnologias
- Desburocratização
- Integração Porto-Cidade
- Sustentabilidade ambiental e transição energética
- Valorização da qualificação e treinamento portuário
- Governança portuária
- Integração portuária: modais de transporte

Os princípios estruturantes



I - segurança jurídica;



II - regulação equilibrada;



III - intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas;



IV - livre concorrência;



V - liberdade como garantia no exercício de atividades econômicas;



VI - valorização do trabalho humano;

VII - preservação
do meio ambiente
e desenvolvimento
sustentável;

VIII - inovação e
desenvolvimento
de novas
tecnologias;

IX - proteção e
respeito aos
direitos dos
usuários;

X - eficiência,
desburocratização
e simplificação
administrativa;


XI - integração
da infraestrutura
portuária;

XII - redução dos
custos
logísticos;

XIII - aumento da
oferta de
logística;

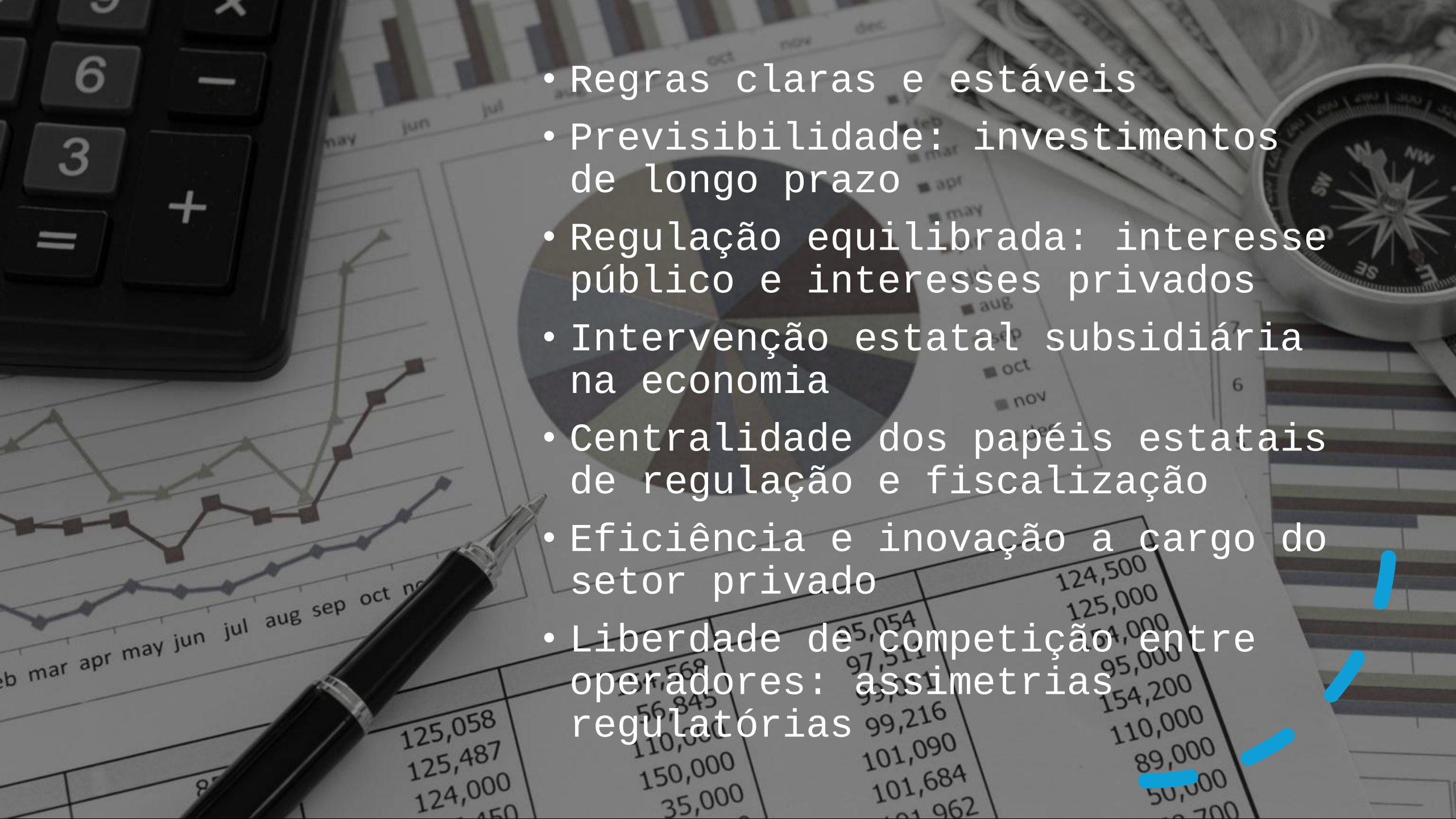
XIV - eficiência
e garantia da
continuidade dos
serviços
portuários; e

XV - integração
porto-cidade.



A pauta conceitual no novo marco legal portuário – art. 6º. (34 incisos)

- Definições técnicas precisas e abrangentes: eficácia, clareza e aplicabilidade da nova legislação
- Superação de ambiguidades e interpretações dissonantes
- Aplicação facilitada da lei
- Eficiência regulatória

- 
- Regras claras e estáveis
 - Previsibilidade: investimentos de longo prazo
 - Regulação equilibrada: interesse público e interesses privados
 - Intervenção estatal subsidiária na economia
 - Centralidade dos papéis estatais de regulação e fiscalização
 - Eficiência e inovação a cargo do setor privado
 - Liberdade de competição entre operadores: assimetrias regulatórias



Eixos temáticos, Subcomissões e Atividades

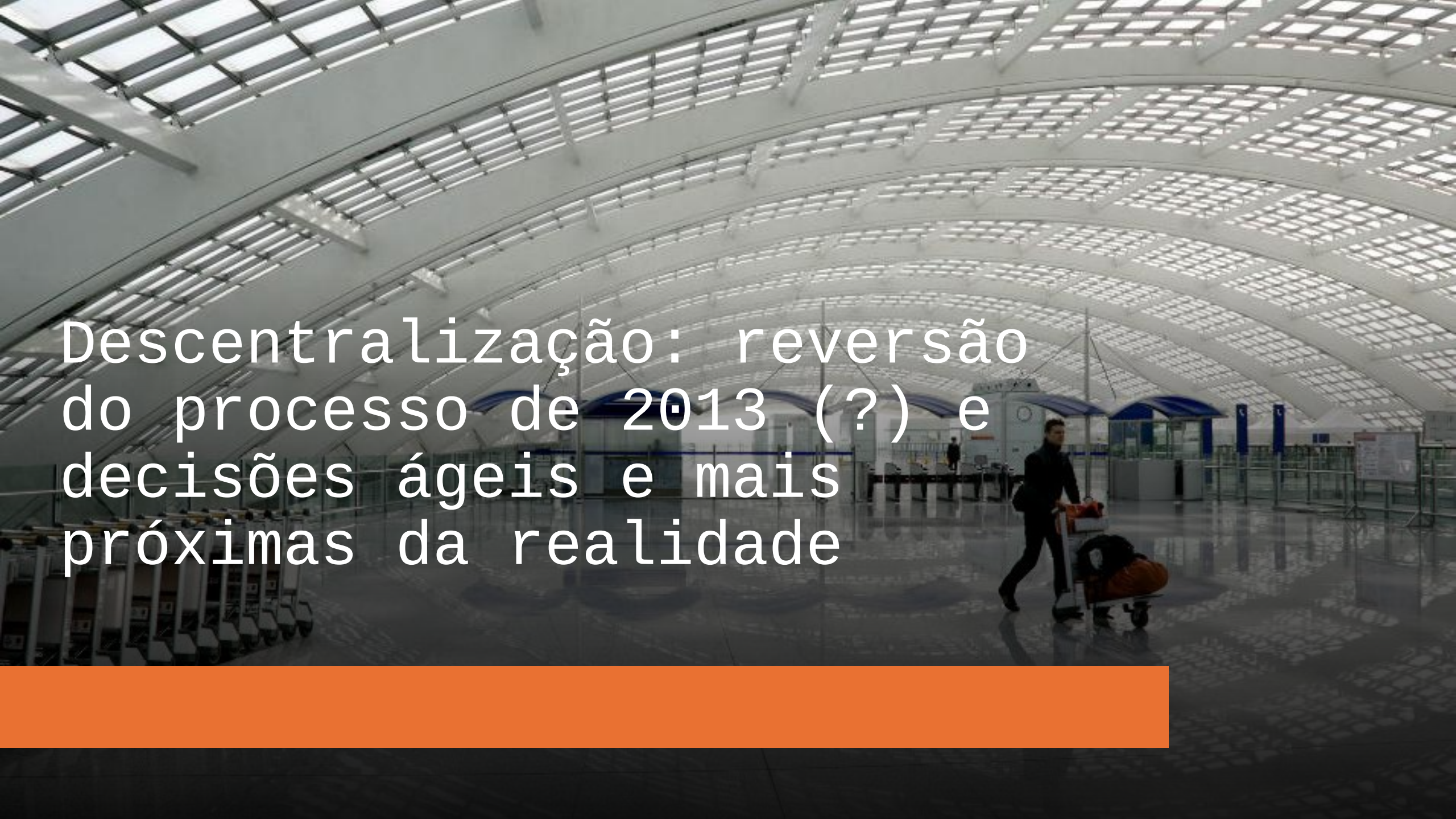


- Três subcomissões e sete audiências públicas: subsídios
- Subcomissão I: Santos e Itajaí
- Subcomissão II: Rio de Janeiro e Recife
- Subcomissão III: Vitória e Brasília
- Consultores ouvidos em audiência pública
- Comissão de Viação e Transportes: gargalos do setor portuário
- Simpósio no TST: 5 de setembro de 2024
- Ampla oitiva dos atores do setor portuário (51 oradores)

Futuro

Algumas das inovações em debate

Pasado



Descentralização: reversão
do processo de 2013 (?) e
decisões ágeis e mais
próximas da realidade

Competências da União (MPOR) e ANTAQ

- Planejamento estratégico e implementação operacional das políticas públicas
- MPOR: diretrizes e política gerais do setor portuário
- Planos gerais de outorgas e planos setoriais portuários e aquaviários
- Definição dos portos estratégicos e poligonais
- Diretrizes gerais para os Regulamentos de Exploração Portuária
- Programa Nacional de Dragagem
- Concessão de Porto Público

Quadro atual: Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR)

- Concessões portuárias e de canais de acesso
- Autorizações portos privados (TUPs)
- Arrendamento terminais portuários e de cruzeiro
- Dragagem

Cenário ideal

- Concessão de portos públicos – MPOR
- Autorizações portos privados (TUPs) – ANTAQ
- Concessão de canais de acesso – Autoridade Portuária
- Arrendamento terminais portuários e de cruzeiro – Autoridade Portuária
- Dragagem – Autoridade Portuária

Novas competências da União

- I - planejar e estabelecer as políticas públicas do setor portuário;
- II - elaborar os planos gerais de outorgas e os planos setoriais portuários;
- III - estabelecer plano de metas e firmar contratos de gestão com as autoridades portuárias;
- IV - estabelecer os portos estratégicos;
- V - definir, revisar ou revogar poligonais de portos públicos, exceto revogar poligonais de portos estratégicos;

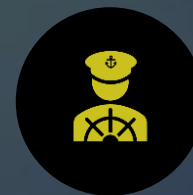




VI - disciplinar o conteúdo, a forma e a periodicidade de atualização dos PDZ;



VII - estabelecer diretrizes para o Regulamento de Exploração do Porto (REP);



VIII - implantar e gerir a Janela Única Aquaviária (Maritime Single Window – MSW);



IX - elaborar o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária;



X - autorizar a abertura de capital das autoridades portuárias;



XI - autorizar a concessão de canais de acessos aquaviários, rodoviários e ferroviários; e



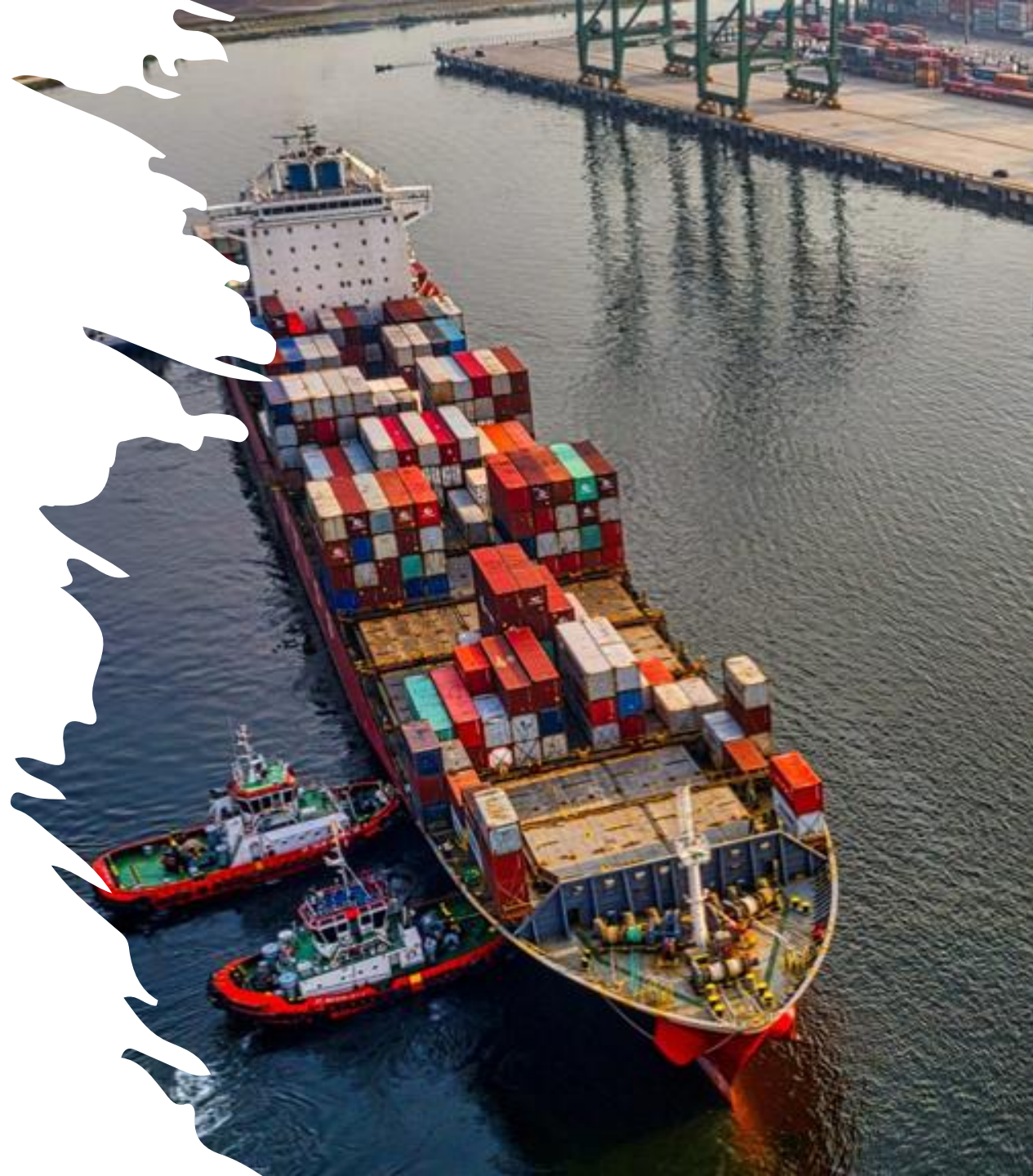
XII - conceder portos públicos.

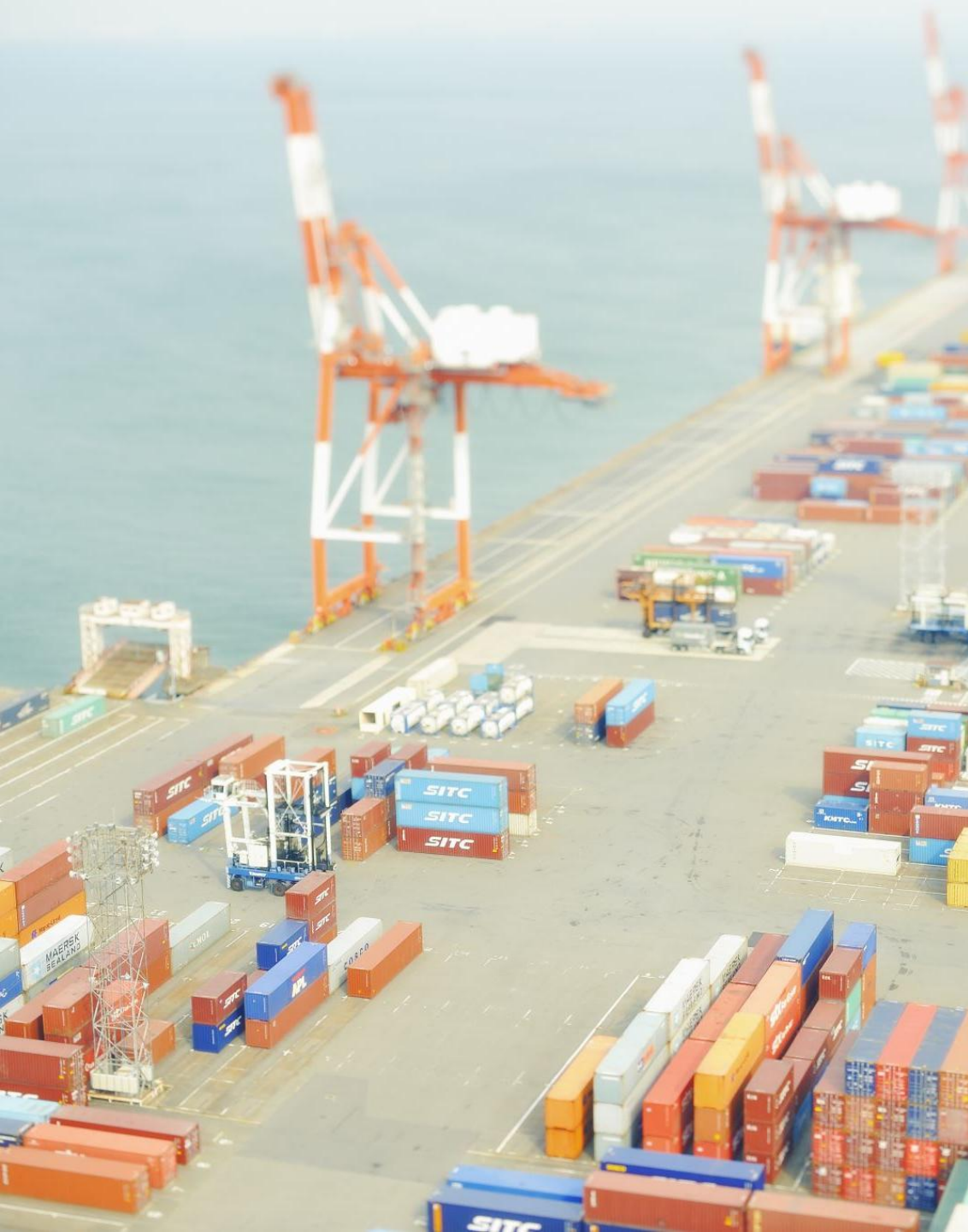
A “nova” ANTAQ: competências

- I - outorgar a autorização para exploração de atividade portuária fora de poligonais de portos públicos e fiscalizar os respectivos contratos e serviços, compreendendo a área em terra e água e a declaração de utilidade pública;
- II - outorgar a autorização para exploração de instalação portuária de pequeno porte;
- III - outorgar a autorização para exploração de estação de transbordo de mercadorias fora de poligonais de portos públicos;
- IV - outorgar a concessão para exploração de hidrovias e vias navegáveis, gerindo e fiscalizando os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos;
- V - autorizar a transferência de controle societário ou de titularidade de todas as formas de contratos de exploração da atividade portuária;



- VI - regulamentar por norma de referência o chamamento público;
- VII - **propor ao ministério competente o plano geral de outorgas de exploração da infraestrutura aquaviária e de prestação de serviços de transporte aquaviário;**
- VIII - regular as tarifas portuárias e promover a comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, ao Ministério da Fazenda;
- IX - **estabelecer normas e padrões a serem observados pelas autoridades portuárias, concessionários, arrendatários, autorizatários e operadores portuários;**
- X – promover, junto aos órgãos competentes, o cumprimento dos atos internacionais sobre navegação e portos ratificados pela República Federativa do Brasil;





- XI - regular e fiscalizar o funcionamento e a prestação de serviços das empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário, fluvial e lacustre;
- XII - **fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas autoridades portuárias dos ports públicos, pelos operadores portuários, pelos arrendatários, autorizatários e concessionários;**
- XIII – arrecadar, administrar e aplicar suas receitas;
- XIV - **regulamentar outras formas de ocupação e exploração de áreas e instalações portuárias não previstas nesta lei;**
- XV - **conciliar, dirimir e decidir os conflitos não resolvidos pela autorregulação;**

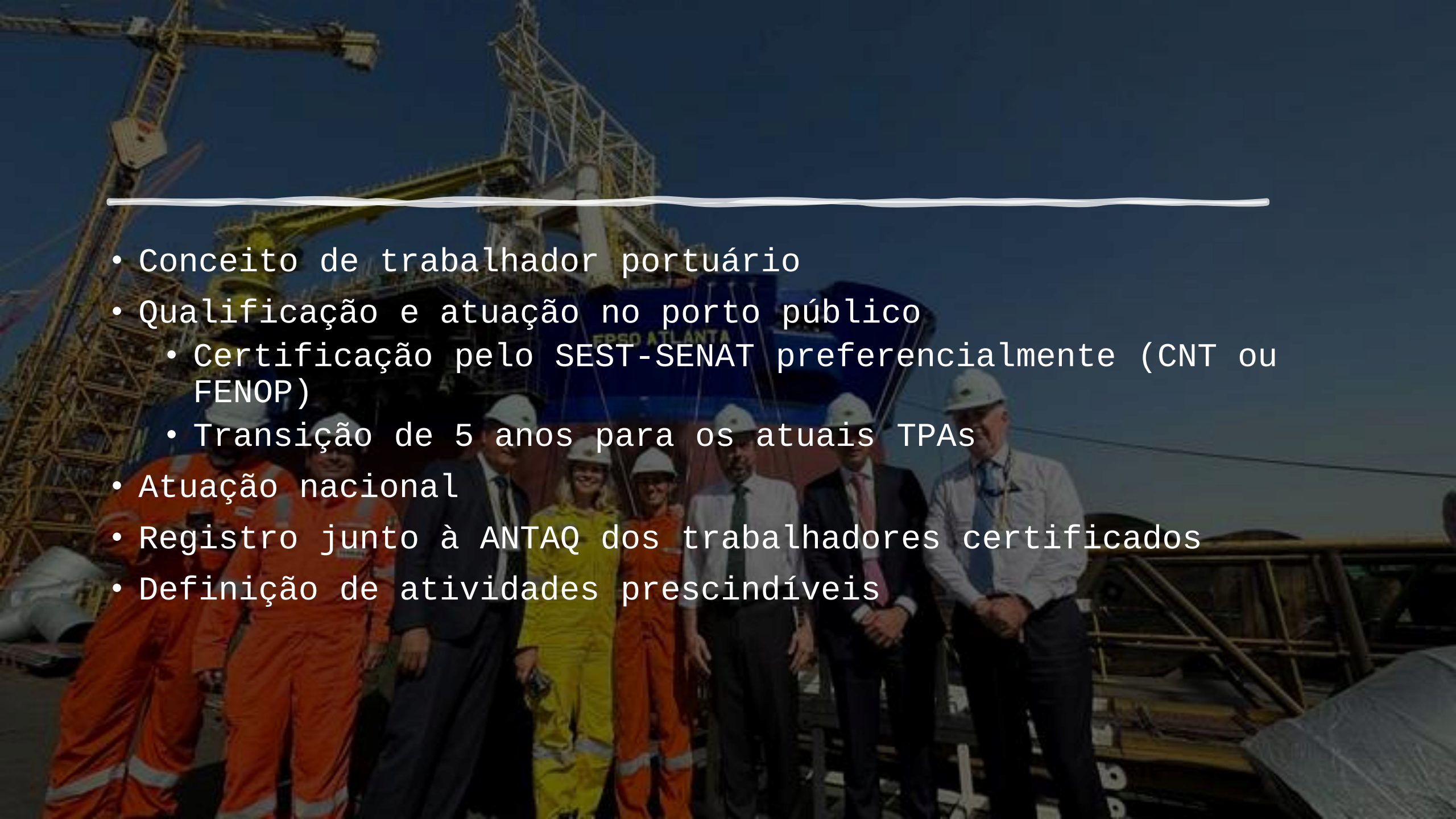
- XVI - **apurar e reprimir, de ofício ou mediante provocação, práticas abusivas ou tratamentos discriminatórios;**
- XVII - **estabelecer padrões de contratação para exploração da atividade portuária dentro e fora da área do porto público;**
- XVIII - estabelecer as normas, os critérios e os procedimentos para a pré-qualificação dos operadores portuários na área do porto público;
- XIX – reprimir infrações à legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários e aplicar as sanções cabíveis;
- XX – promover estudos específicos de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias; e
- XXI – decidir, em último grau, sobre as matérias de sua competência.

ANTAQ e contratos de arrendamento

- I - a alteração do tipo de carga;
- II - a expansão, a diminuição, a substituição ou a permuta de área arrendada;
- III - a unificação de contratos de arrendamentos;
- IV - a revisão do cronograma de investimentos originalmente previstos em contrato;
- V - os investimentos privados em áreas comuns do porto público;
- VI - os investimentos privados fora da área do porto público; e
- VII - a transformação societária, a mudança de nome e a transferência



- A sensível questão do trabalho portuário: valorização e eficiência
- Quadro atual:
 - Categorias pulverizadas
 - OGMOs
 - Exclusividade para vinculação
 - Falta de treinamento
- Cenário ideal:
 - Qualificação ampla
 - Multifuncionalidade
 - Abertura do mercado de trabalho
 - Fortalecimento da negociação coletiva

- 
- A group of nine people, including port workers in orange and yellow jumpsuits and officials in suits, are standing in front of a large blue ship with "EPSON ATLANTA" written on its side. In the background, there are large yellow port cranes and a clear blue sky. A white horizontal line is drawn across the top of the image, just above the text.
- Conceito de trabalhador portuário
 - Qualificação e atuação no porto público
 - Certificação pelo SEST-SENAT preferencialmente (CNT ou FENOP)
 - Transição de 5 anos para os atuais TPAs
 - Atuação nacional
 - Registro junto à ANTAQ dos trabalhadores certificados
 - Definição de atividades prescindíveis



- Modalidades: vinculado, avulso e cooperativado
- TPA: estiva, capatazia e conferente
- Ternos a cargo do operador
- TP com liberdade para avulsos e celetistas
- Terceirização nos portos privados - Tema 725 do STF

OGMO e EPTP

- Modelo concorrencial
- Credenciamento junto à Autoridade Portuária
- Trabalhadores vinculados e avulsos
- Responsabilidade subsidiária por débitos trabalhistas
- Responsabilidade solidária por encargos fiscais e previdenciários
- Inclusão de novos trabalhadores qualificados

Conclusão

- Eficiência e competitividade
- Sustentabilidade ambiental
- Avanço tecnológico e inovação
- Desenvolvimento econômico e social
- Contribuição da CEPORTOS
- Longa travessia – 1965, 1993, 2013 e 2025(?)
- Grato pela atenção



HEBREUS 6:18,19
WWW.ADVENTISTAS.ORG